

# OS PRIMEIROS CEM DIAS DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

ORIENTAÇÕES PARA BOAS PRÁTICAS



**Governador**

Paulo Suruagy do Amaral Dantas

**Vice-Governador**

Ronaldo Augusto Lessa Santos

**Secretária de Estado da Primeira Infância**

Paula Cintra Dantas

**Secretaria executiva da primeira infância**

Thalyne Joane Araújo Silva

**Secretaria de gestão interna**

Sandra Benigna Dantas Costa Silva

**Gerente da Educação**

Marcia Susana Gonçalves Lima

© 2023. Governo de Alagoas

Direitos exclusivos do Governo de Alagoas. Reprodução, total ou parcial, apenas sob expressa autorização.

Elaborado pela Secretaria Executiva da Primeira Infância .  
Gerência de Educação.

**Secretária de Estado da Primeira Infância**

Paula Cintra Dantas

**Equipe de Elaboração**

Claudia Luísa Brandão Sotto  
Cristina de Fátima da Silva Peiter  
Daniel da Silva Barros  
Jádina Inácio da Rocha Castro  
Karine de Oliveira Cândido  
Marcia Susana Gonçalves Lima  
Maria de Fátima Alves Filgueira

**FICHA CATALOGRÁFICA**

Governo do Estado de Alagoas. Secretaria Executiva da Primeira Infância. Gerência de Educação - Ebook Os primeiros cem dias de atividades pedagógicas na educação infantil - orientações para boas práticas. 2023. Maceió: AL, 2024. 39 p. il.

1. Documento I. Título.

**PRIMEIRA INFÂNCIA**

Secretaria de Estado da Primeira Infância  
Rua Cincinato Pinto, s/n, Centro  
55 (82) 33152008  
Maceió-Alagoas

# APRESENTAÇÃO

Este e-book foi pensado e produzido com o propósito de apoiar o planejamento das equipes pedagógicas que se dedicam à Educação Infantil. Nesse sentido, entendendo a necessidade de estudo para a gestão pedagógica das instituições, sugerimos práticas em consonância com um referencial teórico que subsidia o olhar sensível para as infâncias e a territorialidade.

Apresentamos a trajetória da política nacional como base para a compreensão do processo histórico da política estadual destinada à primeira infância. Foi utilizada uma breve linha do tempo com os marcos que culminaram, em 2022, na criação de uma secretaria estadual para a primeira infância.

As propostas apresentadas se desdobram do planejamento à avaliação, pensando na gestão e prioridades para os primeiros cem dias de atividades. Esse período se destaca pelas especificidades que circundam o planejamento, formação dos profissionais e acolhimento da equipe, das crianças e de seus familiares.

Esperamos que essa leitura seja aporte para inspirar novos diálogos, despertando o interesse da equipe em aprofundar as discussões sobre práticas pedagógicas e vivências na primeira infância, tendo como pano de fundo as especificidades dos territórios e os direitos das crianças de continuarem aprendendo e se desenvolvendo.

# SUMÁRIO

<b>Apresentação</b> .....	3
1. A trajetória da Educação Infantil: breve contextualização.....	6
2. Educação Infantil e sua oferta: o que precisamos garantir?.....	10
3. Cem primeiros dias: o que precisamos priorizar?.....	16
4. Semana(s) de adaptação: profissionais, familiares e crianças planejamento holístico.....	22
5. Agora é com vocês!.....	28
<b>Referências</b> .....	29



# 1. A trajetória da Educação Infantil: breve contextualização

## 1.1. Contexto nacional

A Educação Infantil no Brasil tem galgado uma jornada de rompimento com a escolarização desde a década de 80, trazendo para a pauta da gestão pública educacional uma perspectiva de desenvolvimento de bebês e crianças enquanto sujeitos integrais. Estudos e pesquisas foram realizados, desde então, com o objetivo de discutir a função da creche e pré-escola, definindo, dentre várias questões, que a educação das crianças seria extremamente importante e todas deveriam ter acesso independente da classe social.

Em 1988, a Constituição define creche/pré-escola como direito de todos e dever do Estado e da família, legitimando as responsabilidades, instigando a elaboração e o desenvolvimento de políticas públicas numa dimensão que cada instância federativa passaria a ocupar um lugar estratégico.

Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reafirmou os direitos constitucionais em relação à Educação Infantil. O ECA foi um salto que provocou a União em relação à definição de metas para que o atendimento das crianças possibilitasse garantia de direitos, apontando para um novo conceito de infância(s), criança e oferta da educação.

Em 1994, o Ministério da Educação (MEC) publicou o documento Política Nacional de Educação Infantil que estabeleceu metas, como a expansão de vagas e políticas de melhoria da qualidade no atendimento às crianças, entre elas a necessidade de qualificação profissional, resultando na proposta de uma política de formação para Educação Infantil.

Em 1996, com a promulgação da lei 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), a Educação Infantil passou a ser a primeira etapa da Educação Básica. Nessa etapa, a criança de 0 a 6 anos começa a ser compreendida em uma dimensão mais ampla dentro do sistema educacional, reconhecida como alguém capaz de criar e estabelecer relações. Portanto, esse ser sócio-histórico, que produz e está inserido na cultura, não precisa apenas de cuidado, pois está preparado para afirmar-se enquanto sujeito de linguagem dentro das singularidades que o definem.

Em 1998, com o objetivo de oferecer parâmetros para a manutenção e a criação de novas instituições de Educação Infantil, o MEC publicou o documento “Subsídios para credenciamento e o funcionamento das instituições de Educação Infantil”. No mesmo ano, visando à elaboração dos currículos dessa etapa, cuja responsabilidade foi delegada a cada instituição e seus

profissionais, o MEC editou o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, como parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou, em 1999, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, sendo constituída como base legal e subsídio para elaboração e avaliação das propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil de todo país. Essa etapa passa a promover e protagonizar ações considerando a junção educar e cuidar enquanto processos indissociáveis, conforme a Lei 9.131/95. Art. 3º.

Com a lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, as crianças de 6 anos passam a ser atendidas na etapa do Ensino Fundamental, denominado, a partir de então, Ensino Fundamental de 9 anos. A faixa etária atendida nas unidades de Educação Infantil passa a ser de 0 a 5 anos e 11 meses.

Em 2009, a emenda constitucional nº 59 torna obrigatório e gratuito o atendimento de crianças a partir de 4 anos de idade por meio de programas suplementares, de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. Assim sendo, a pré-escola passou a dispor de recursos, investimentos e políticas públicas para assegurar o acesso e permanência com sucesso.

Considerando a complexidade e importância dessa etapa, iniciou-se uma busca de implementação de políticas públicas, no Brasil, que garantisse o desenvolvimento integral da criança. Para tanto, instituiu-se o alinhamento entre programas, projetos e planos federais, estaduais e municipais com metas, estratégias e propostas pedagógicas com favorecimento para infraestrutura e formação de professores, proporcionando uma oferta que oportuniza saberes e habilidades mesmo em meio à diversidade em que nosso país está envolto.

No ano de 2014, o Plano Nacional de Educação (2014/2024) foi tardiamente implementado e trouxe uma virada de contexto. O plano vigente é constituído por vinte metas agrupadas em quatro categorias, a saber: garantia da Educação Básica de qualidade, diminuição das desigualdades, valorização da diversidade, valorização dos profissionais do meio educacional e do Ensino Superior.

Em 20 de dezembro de 2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi homologada e, em 2018, deu-se início ao processo de sua implementação no país para a elaboração dos Referenciais Curriculares dos Estados para a educação infantil e ensino fundamental.

## 1.2. Contexto Estadual

No contexto estadual, foi iniciado o projeto piloto, desenvolvido no município de Murici, em 2015, com uma política intersetorial entre as secretarias de educação, saúde e desenvolvimento e assistência social, que orienta as ações relacionadas à primeira infância até os dias atuais. As ações foram expandidas para outros cinco municípios em 2017 e 2018, visando atender gestantes e crianças até seis anos de idade.

Por meio das ações integradas, o projeto desenvolvido ao longo de anos estruturou bases que culminaram na criação do Programa Criança Alagoana, instituído pela Lei Estadual 7.967/2018, um avanço na política específica no atendimento às crianças até seis anos de idade e suas famílias.

Essa política se desenvolveu até final de 2022, quando foi aprovada a Lei Delegada nº 48, de 30 de dezembro de 2022, instituindo a Secretaria de Estado da Primeira Infância (Cria), que segue em 2023 coordenando essa política estadual.

No ano seguinte, foi aprovado o Plano Estadual de Educação (PEE), que tem vigência de dez anos, estabelecendo diretrizes:

**I - erradicação do analfabetismo;**

**II - universalização do atendimento escolar;**

**III - superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;**

**IV - melhoria da qualidade da educação a elevação dos indicadores educacionais do Estado de Alagoas no âmbito das redes de ensino municipal, estadual e federal de ensino;**

**V - formação para o trabalho e para a cidadania com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;**

**VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;**

**VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Estado;**

**VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;**

**IX - valorização dos (as) profissionais da educação com investimentos na carreira e na formação inicial e continuada;**

**X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.**

Fonte: LEI Nº 7.795, DE 22 DE JANEIRO DE 2016



## 2. Educação Infantil e sua oferta: O que precisamos garantir?

Na educação infantil, as práticas pedagógicas precisam estar estruturadas na unicidade e indissociabilidade do binômio cuidar e educar. Nessa etapa, as atividades promovidas dentro do espaço educacional não são dissociadas das aprendizagens que se estabelecem nas práticas socioculturais presentes na territorialidade de cada bebê e criança alagoana. Assim, as vivências dos pequenos devem ser consideradas para o planejamento da equipe pedagógica, de forma que se institua um processo contínuo, complementar e integrado de aprendizagem que o constitui em uma perspectiva holística e inteira.

Para tanto, precisamos assegurar, como bem foi proposto pela UNESCO (Plano de Ação – Dacar, 2000), que

[...]o projeto piloto, desenvolvido no município de Murici, em 2015, com uma política intersetorial entre as secretarias de educação, saúde e desenvolvimento e assistência social, que orienta as ações relacionadas à primeira infância até os dias atuais. Essas ações foram expandidas para outros cinco municípios em 2017 e 2018, visando atender gestantes e crianças até seis anos de idade.

Buscando efetivar esse processo, as práticas pedagógicas precisam ser estruturadas sob eixos que assegurem a interação e a brincadeira, tendo em vista o favorecimento da socialização e desenvolvimento integral, pois a interação durante a brincadeira potencializa a “expressão de afetos, a mediação de frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções” (BRASIL, 2017, p. 37).

A brincadeira é uma atividade própria da criança e uma linguagem pela qual ela se expressa, e deve estar presente intensamente na jornada cotidiana de bebês e crianças, priorizando seus interesses e necessidades na elaboração de espaços e planejamentos por toda a equipe. Os profissionais (equipe pedagógica, professores/as, merendeiros/as, equipe de limpeza e higienização de ambientes, entre outros adultos presentes no dia a dia dos pequenos) devem acolher, estimular, enriquecer, observar as iniciativas infantis, planejar e adequar o ambiente da forma que a instituição seja utilizada pelo e para o desenvolvimento infantil integral, instigando ricas experiências com intenção e consciência pedagógica.

Para garantir que bebê e criança aprendam e se desenvolvam, a partir de suas necessidades e potencialidades, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento presentes na BNCC e citados no Referencial Curricular de Alagoas para Educação Infantil/RecAL-EI (conviver, brincar, participar, explorar,

expressar e se conhecer) devem ser garantidos nas jornadas e atividades propostas pelos professores e profissionais da instituição durante todos os momentos do ano letivo.

Assim, o espaço e ambiente educacional devem oportunizar territórios brincantes e potentes de aprendizagem em sua estrutura física, material e por meio da intencionalidade pedagógica, nas quais a criança seja instigada a explorar, a construir, investigar, observar e conhecer.

Rompendo com práticas engessadas e centradas tanto no ensino quanto no(a) professor(a), precisamos garantir ações e vivências que coloquem a criança no centro do planejamento curricular, considerando as múltiplas linguagens infantis em todos os estágios de seu desenvolvimento humano, em todas as suas dimensões: físico, cognitivo e socioemocional.

Bebês e crianças buscam atribuir significado a suas vivências trazendo sentido às experiências em que interagem, brincam e constroem noções, habilidades e atitudes. O conceito de experiência, aqui utilizado, reconhece que a educação das crianças se faz pela promoção de práticas sociais e culturais criativas/interativas, respeitando o ritmo de ação e sua iniciativa.

O arranjo curricular normatizado por meio da BNCCEI - Campos de Experiências acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana de bebês e crianças e seus saberes de forma intercomplementar e entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. Esse modelo curricular é sinalizado desde as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (BRASIL, 2009) nas quais se reconhece a

criança como um sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Conforme define Fochi (2016)

a pedagogia dos campos de experiência é relacional, ou seja, o conhecimento é produzido na interação entre criança e o mundo, entre adultos e crianças, entre as crianças e as outras crianças. É uma pedagogia que reivindica estar aberta para a complexidade que é conhecer e conhecer-se.

Ainda segundo o autor, essa pedagogia referenda uma mudança de paradigma, ou o que ele chama de mudança da lógica da antecipação artificial de conteúdos, pois não se deve apressar e queimar etapas sobrepujando a importância das vivências no momento presente.

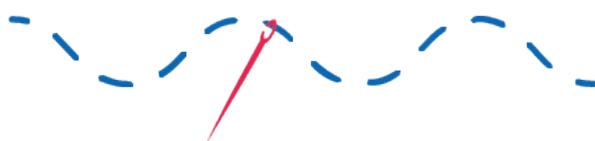
Desse modo, concernente às DCNEI (BRASIL, 2009) é importante garantir às crianças experiências que:

- Promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;
- Favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;
- Possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;
- Recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço temporais;
- Ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas;
- Possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar;
- Possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e conhecimento da diversidade;
- Incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;
- Promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura;

- Promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;
- Propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras;
- Possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, e outros recursos tecnológicos e midiáticos.

Fonte: Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil/DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009

## Reverendo ponto a ponto



Por isso, a proposta curricular na perspectiva dos campos de experiências, aqui apresentadas, propõe estruturar o trabalho pedagógico desde a chegada dos pequenos até a saída, considerando:

- Mudança do foco do currículo da perspectiva do adulto para a perspectiva dos bebês e das crianças, tratando-os como centro do planejamento, respeitando suas características culturais, afetivas e sociais;
- Estruturar contextos de aprendizagem orientados por uma proposta pedagógica articulada às competências das crianças e às significações construídas, utilizando diferentes linguagens;
- Alterar a visão de tempo, de espaço na efetivação do currículo e de atividades;
- Envolver e considerar todos os momentos da jornada das crianças enquanto atividade planejada e com intencionalidade pedagógica;
- Romper com uma lógica de Educação Infantil preparatória para o Ensino Fundamental, ou seja, com a sistemática de uma organização curricular fragmentada e baseada em componentes curriculares ou áreas de conhecimento. Como também se desfazendo de práticas pedagógicas com a fi-

nalidade de trabalhar conteúdos escolarizantes, passando a assumir uma proposta de apropriação das experiências com significado e sentido dentro das culturas infantis;

- Ter uma visão da integralidade do desenvolvimento infantil e uma visão holística;
- Ter maior clareza e compreensão do processo de desenvolvimento das crianças ao longo da primeira infância e compreender o papel de cada pessoa que compõe a equipe em busca da garantia de uma oferta de qualidade;
- Ampliar o repertório de possibilidades interativas, de exploração de ambientes, de materiais e de relações com as pessoas e culturas, não se limitando aos espaços emparedados e materiais industrializados;
- Garantir a todas as crianças tempo para explorar as proposições que professoras(es) fazem e entender que precisam repetir essa mesma proposição outras vezes, de modo a não só apropriar-se de determinadas ações, mas também para elaborar um sentido para a experiência vivida;
- Rejeitar toda postura pedagógica (incluindo instruções, materiais didáticos, histórias, brinquedos, etc.) de rigidez e inflexibilidade, sem atentar para a forma como as crianças reagem ao que lhe é proposto;
- Abandonar a ideia das crianças como seres frágeis e incompetentes, e da infância como período de passividade, dependência ou debilidade;
- Apropriar-se das metodologias ativas e que favoreçam o protagonismo do adulto mediador (intencionalidade pedagógica) e protagonismo de bebês e crianças (desenvolvimento infantil).



### 3. Cem primeiros dias: o que precisamos priorizar?

Antes mesmo de pensar nas estratégias de acolhimento, cuidados e desenvolvimento das crianças, é interessante acolher a equipe da unidade (docentes, profissionais do administrativo, serviços diversos e da cozinha), preparando-a para essa vivência com os pequenos. O processo formativo é uma tarefa fundamental da gestão para os primeiros dias e se desenvolver durante todo o ano em momentos estratégicos de (re)planejamento, avaliação e (re)alinhamento de ações administrativo-pedagógicas.

As estratégias de acolhimento podem partir de ações simples como um espaço limpo e organizado, com frases motivacionais, uma boa música, um mimo, um lanchinho preparado de forma especial, um atendimento atencioso, uma escuta ativa com espaços planejados para que os profissionais se sintam livres para falar sobre seus sentimentos e suas expectativas e necessidades.

A semana pedagógica, quando bem planejada, viabiliza a organização e o sucesso na integração da equipe para o desenvolvimento das atividades junto a bebês, crianças e comunidade escolar. Norteando toda a equipe com maiores possibilidades de sucesso nessa trajetória, a semana de planejamento pavimenta o clima escolar quando estimula a construção dialogada das ações, a partir das diretrizes da Secretaria de Educação e possibilita a organização das atividades, fazendo com que esse espaço seja útil e produtivo para toda equipe.

Para essa ocasião é oportuno realizar uma escuta ativa, propiciando (in)formação, corresponsabilização e sentimento de pertencimento nos profissionais da unidade com as propostas e projetos da instituição. Outro ponto a ser considerado, é o alinhamento da concepção de currículo a partir do arcabouço legal que normatiza oferta, acesso e permanência de qualidade da criança nas unidades de Educação Infantil. O planejamento da utilização dos espaços, materiais e função de cada componente da equipe deve ser contemplado nesse alinhamento, pois todo processo será de suma importância quando a equipe estiver no período da construção ou revisão do Projeto Político Pedagógico/PPP, uma vez que esse documento garantirá a autonomia em relação à proposta de orientação de suas práticas.

Nesse planejamento inicial, é fundamental fazer uma anamnese dos profissionais para melhor definir a função e o lugar de atuação de cada um segundo seus pontos fortes, como também pensar na estruturação de momentos formativos para o desenvolvimento de novas habilidades.

Desse modo, podem ser elaborados coletivamente cronogramas de trabalhos pedagógicos para manter vivos os diálogos, o acompanhamento das ações e as construções colaborativas, alimentando o ciclo do planejamento estratégico de ação-reflexão-ação. O plano de trabalho da equipe diretiva e da coordenação pedagógica deve ter como foco o apoio aos professores e profissionais da instituição na elaboração das rotinas/jornadas pensando nas possibilidades de exploração dos tempos, espaços e materiais, garantindo os direitos de aprendizagem das crianças, bem como acompanhar e orientar os registros e documentações desse processo de desenvolvimento e os momentos de diálogo com as famílias estimulando sua participação.

### **3.1. Planejamento pedagógico, organização e utilização dos tempos, espaços e materiais**

A organização do planejamento pedagógico deve ter como referência os territórios em que cada instituição está situada, pois será essa territorialidade que definirá quais práticas e experiências melhor acolherão familiares e crianças nesse primeiro momento.

Acolher os familiares é algo a ser planejado tanto para a organização da primeira reunião de pais ou responsáveis, como também para as primeiras semanas de acolhimento de bebês e crianças, uma vez que a presença da família é de suma importância para que os pequenos se sintam protegidos e seguros. Essa transição casa/instituição educativa, sendo bem planejada, proporcionará sucesso na semana de acolhimento.

Diante disso, é necessário considerar os espaços (internos e externos) da instituição como um potente aliado, mas sem perder de vista a centralidade da criança e a intencionalidade pedagógica. Nesse momento, coordenadores e professores precisam propor interações e brincadeiras que oportunizem aos pais ou responsáveis o sentimento de segurança e aos bebês e crianças a certeza de que não serão abandonados, mas sim a sensação de que são abraçados por essa nova rotina e equipe. Além das questões didático-pedagógicas, é fundamental assegurar que o espaço/ambiente seja acolhedor, seguro e esteticamente atraente.

As propostas de organização desses espaços/ambientes precisam ser flexíveis conforme as demandas de bebês e crianças sempre que necessário e podem se dar por: contextos de aprendizagens e sessões de interação e brincadeiras (leitura, jogos simbólicos, músicas, entre outros) com materiais diversificados, estruturados ou não. Essas propostas encaminham à excelentes estratégias para a promoção de movimentos, desafios e diversas experiências que potencializam vivências no cotidiano infantil.

Nessa perspectiva, conforme previsto nas DCNEI (2009), para efetivação de seus objetivos, as propostas pedagógicas das instituições de Educação

Infantil e suas atividades deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem:

- A educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo;
- A indivisibilidade das dimensões expressivomotora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança;
- A participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização;
- O estabelecimento de uma relação efetiva com a comunidade local e de mecanismos que garantam a gestão democrática e a consideração dos saberes da comunidade;
- O reconhecimento das especificidades etárias, das singularidades individuais e coletivas das crianças, promovendo interações entre crianças de mesma idade e crianças de diferentes idades;
- Os deslocamentos e os movimentos amplos das crianças nos espaços internos e externos às salas de referência das turmas e à instituição;
- A acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;
- A apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América.

Fonte: Resolução CNE/CBE n. 5, de 17 de dezembro de 2009, p.2 e 3

## 3.2. Registro e documentação pedagógica

A socialização e o estudo do diagnóstico de bebês e crianças pela equipe é ponto de partida para um planejamento mais assertivo, principalmente no processo de acolhimento e adaptação. Como as unidades CRIA estão iniciando suas atividades, é pertinente pensar nas estratégias de escuta aos familiares, que pode ser realizada a partir de entrevistas, formulários, fichas descritivas e/ou rodas de conversas, dentre outras estratégias complementares.

Para sistematizar todo esse processo e documentar o desenvolvimento da criança, é preciso ponderar junto à equipe: como, em qual formato e para que essa documentação pedagógica será utilizada.

O registrar e, no cotidiano das práticas com bebês e crianças da educação infantil, está muito bem definido e orientado no artigo 10 das DCNEI (2009), no qual defende que os procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças não tem objetivo de seleção, promoção ou classificação, mas é necessário garantir:

- A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;
- Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);
- A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);
- Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
- A não retenção das crianças na Educação Infantil;
- Não criar parecer em cima de questionário fechado, pois não atende as especificidades de avaliar a criança como um sujeito em desenvolvimento e aprendizagem na Educação Infantil;

- Elaborar parecer descritivo da criança com todo desenvolvimento humano: cognitivo, estético, ético, físico, social, afetivo, ou seja todas as dimensões, do primeiro ao último dia do ano letivo, com um olhar aguçado nas vivências ocorridas dentro dos Campos de Experiências.

Fonte: Resolução CNE/CEB 5, de 18/12/2009, p. 18



## 4. Semana(s) de adaptação: profissionais, familiares e crianças- planejamento holístico

O processo de adaptação de bebês e crianças no ambiente da educação infantil pode durar algumas semanas. Questões como: quantidade de bebês e crianças que nunca saíram de seu contexto familiar em sua rotina diária, pequenos que precisam de mais tempo para se adaptar a novos contextos e pessoas, presença significativa e de qualidade de pais ou responsáveis durante a transição casa/escola, entre outros fatores podem contribuir para a regulação desse período tão importante de chegada à instituição.

Sendo uma etapa desafiadora para todos (equipe pedagógica, familiares e principalmente para as próprias crianças), faz-se necessário avaliar o perfil das famílias, crianças e bebês que serão atendidos pela unidade, seus interesses e necessidades de forma panorâmica, como também todas as condições que a unidade possui de recursos (financeiro, material, humano, espaço etc.) para melhor acolher e atender às jornadas diárias que terão juntos, pois será nesse momento que os pequenos começarão a se familiarizar com novos espaços, se habituar ao período longe de seus familiares e a formar vínculos afetivos com os colegas, professores e profissionais que trabalham na unidade.

Para esse momento tão importante, é necessário que a equipe pedagógica organize um momento com os familiares para fazer uma escuta ativa de suas necessidades antes de receber bebês e crianças.

Além disso, deve ser socializado o compromisso e a proposta pedagógica da unidade, estabelecendo combinados que contribuam para o bom andamento das relações e desenvolvimento das jornadas junto às crianças.

É necessário também que a equipe gestora, juntamente com os docentes, organize as ações pedagógicas na perspectiva do currículo ampliado, isto é, elaborar o planejamento de acolhimento e adaptação inicial, pensando na dimensão contextual, de forma a oferecer segurança, construção de vínculos e de novas possibilidades de conviver, brincar, explorar, participar, se expressar e se conhecer, afastando o sentimento de abandono/rompimento com o ciclo familiar.

É importante lembrar que a marcação temporal se dá não em formato de carga horária, mas sim como tempo planejado em momentos de escolha, nos quais “o adulto pode propor as diferentes atividades (de atenção pessoal ou coletivas), conduzindo-as a partir de um arranjo que dê a possibilidade das crianças optarem” (FOCHI, 2019a, p. 291) e momentos nos quais o

professor direciona atividades sem a possibilidade das crianças escolherem. É necessário, portanto, que a jornada educativa alterne momentos de escolha e aqueles conduzidos pelo/a educador/a, possibilitando a conciliação do tempo de cada criança ao tempo da unidade (FOCHI, 2019a). Esses momentos não estão resumidos a horas/minutos/segundos e sim ao tempo que bebês e crianças precisam para dar sentido e (re)significar suas vivências, construindo, assim, suas aprendizagens e relações.

Outro ponto que precisa ser considerado é qual/quais material(ais) será(ão) planejado(s) e disponibilizado(s) para bebês e crianças nesses primeiros dias. Pensar e planejar a cartela de cores, formatos, texturas, tamanhos, entre outras características não pode invalidar questões como: segurança, diversidade, quantidade, negociabilidade, acesso e organização, pois o contexto deve ser estruturado não somente para que olhem, mas possam manipular e se relacionar como os materiais à sua volta. É por isso que não orientamos aqui a presença daqueles antigos painéis que eram colocados na sala para bebês e crianças não terem acesso, tomando toda a parede e poluindo visualmente o ambiente, assim como as bolas de sopro que, quando estouradas, provocavam mais choro do que aconchego.

No quadro abaixo há algumas perguntas que foram inspiradas no Observatório da Cultura Infantil/ OBEC (2019) e que podem auxiliar à equipe na reflexão sobre a oferta e seleção de material(ais) nas salas referências e espaços multiuso:

1. Os materiais estão organizados de forma convidativa à criação pelas crianças?
2. Existe um cuidado na seleção das cores e na disposição dos mobiliários?
3. As paredes comunicam e tornam visível o que se faz? Valorizam as produções das crianças?
4. Os materiais expostos estão na altura das crianças?
5. Existe uma diversidade de materialidade para compor os espaços da escola?
6. A escolha de materiais e experiências apelam aos sentidos das crianças para o desenvolvimento de uma aprendizagem experiencial?
7. Há integração de elementos que garantam harmonia estética aos ambientes?

## 8. Existem fotografias das crianças e de seus grupos de pertencimento que favorecem as experiências de reconhecimento de identidade individual e coletiva?

Fonte: Elaboração própria inspirada no OBECI, 2019

Já a forma de agrupar bebês e crianças, nesse momento inicial, é muito flexível, uma vez que cada grupo etário tem suas necessidades e interesses. Mas algo que é fascinante nas primeiras semanas é se utilizar de momentos etários e multietários. A organização desses momentos para que alcance os objetivos planejados precisa considerar: a proposta de atividade, a organização do espaço e ambiente, as vivências e possibilidades e a intencionalidade educativa.

É necessário, também, planejar bem os espaços internos e externos fazendo uso de todo seu potencial enquanto terceiro educador, uma vez que, “o espaço físico, para tornar-se um ambiente de aprendizagem, deve proporcionar segurança, ser acolhedor, flexível em sua organização e conforto”. (Novo Hamburgo, 2020, p. 26).

Outro ponto de destaque é a garantia da diversidade e da qualidade dos espaços de forma a oferecer escolhas nas interações e brincadeiras propostas, atendendo também ao número total de crianças e a forma como se organizam. O uso desses ambientes deve considerar a idade (crianças de 0 a 2 anos brincam sozinhas ou em duplas e as maiores de 2 anos começam a brincar em pequenos grupos de 3 ou 4 crianças) e a proposta, como é o caso dos momentos multietários, nos quais bebês e crianças utilizam espaços comuns de forma harmônica e complementar.

Dentro dessa organização das ações pedagógicas, é importante lembrar que os profissionais desenvolvam um planejamento cuidadoso e personalizado para sua unidade de educação infantil e comunidade circunvizinha para que possam ponderar acerca das seguintes etapas:

### **I- Conhecendo as crianças da unidade de educação infantil**

Conhecer as crianças e os familiares que estarão, diariamente, nas unidades é fundamental para o trabalho a ser desenvolvido.

Para tanto, a equipe pedagógica deve organizar momentos com as famílias de forma a criar vínculos e também construir um relatório detalhado com rotina, hábitos, gostos, preferências alimentares, brincadeiras favoritas, medos, cuidados específicos de saúde e adultos que fazem parte do cotidiano

da criança.

Será por meio desse documento e análise dos dados que o planejamento dos professores poderá ser estruturado, sendo as atividades elaboradas com base nas preferências e vivências dos pequenos, facilitando, assim, o processo de adaptação ao novo ambiente.

## **II- Recebendo a criança na sala referência**

O/A professor/a da turma é o profissional que fará essa recepção, conversando e interagindo com o bebê ou a criança, pois essa atitude facilita a formação do primeiro vínculo e propicia o acolhimento. Esse educador precisa mostrar interesse pelos pequenos, mas cuidando para não importuná-los, pois geralmente chegam assustados e permanecem agarrados aos responsáveis. Assim, propor atividades em que eles explorem primeiro o ambiente com alguém de confiança é uma boa proposta para início de conversa.

Ainda que esse educador seja a preferência para a recepção das crianças, é preciso atenção para que a função não esteja restrita, tendo em vista que esse profissional pode se ausentar da unidade por alguma razão ou nos momentos das microtransições entre os espaços, em que outros profissionais atuam de maneira mais direta junto aos pequenos. É nesse momento que entram em ação os demais profissionais da equipe para que o bebê e a criança entendam que aquele espaço é permeado por adultos que garantirão seu bem-estar e com os quais estarão familiarizados.

## **III- Facilitando o processo de adaptação de bebês e crianças à jornada educativa da unidade**

Mesmo com tantas mudanças acontecendo, é preciso realizar um trabalho para que os pequenos não se sintam abandonados. A equipe pedagógica e a família devem tentar preservar ao máximo a rotina dos pequenos e entender quais são seus hábitos por meio do diálogo estabelecido nos primeiros dias.

O incentivo à participação nesse processo é fundamental para que a criança se sinta pertencente a esse novo universo. A participação pode acontecer envolvendo a criança na organização da mochila, na escolha do lanche, na separação da roupa ou do uniforme, ou ainda na escolha de um brinquedo que queira levar ao ambiente educacional.

Outro ponto importante é o planejamento de atividades definidas por faixa etária e a partir das informações que foram colhidas com as famílias, pois agrupam as crianças em ações coletivas, ainda que simples, permitindo a interação e preparando-as para a rotina que se seguirá durante o ano. Aqui se encaixam, por exemplo, as atividades coletivas como roda de leitura, teatro

de fantoches e cirandas.

É importante dar atenção às barreiras físicas e sonoras do espaço que possam impedir a comunicação e a participação de todos, sobretudo, para que essas atividades e brincadeiras sejam adaptadas às diferentes necessidades e às múltiplas etapas de desenvolvimento dos pequenos.

#### **IV - Despedindo-se da criança**

É muito comum que os familiares saiam dos espaços sem que as crianças percebam, porém essa prática provoca, além do choro, um sentimento de abandono e insegurança nos pequenos quando se percebem sozinhos.

É imprescindível que os responsáveis se despeçam das crianças e firmem o compromisso de retorno em horário combinado ainda que regados de muito choro. Dessa forma, o processo de adaptação vai se tornando mais fácil, construído com base em relações de confiança e honestidade.

#### **V - Sensibilizando a família a se fazer presente durante a adaptação**

O papel da equipe pedagógica é conscientizar as famílias acerca da importância das unidades de educação infantil no desenvolvimento da autonomia, do crescimento e da sociabilidade dos pequenos. Além disso, a presença desses responsáveis é uma excelente oportunidade para a criação de laços de confiança e um acordo entre as partes com fins na proteção e desenvolvimento integral da criança.

A presença da família vai auxiliar à equipe a reconhecer como bebês e crianças estão habituadas a se alimentar, a dormir, a serem acalentadas e a brincar, por exemplo. A identificação desses hábitos é primordial para os dias subsequentes nos quais os pequenos estarão sob cuidados dos professores e o choro pode aparecer pela ausência dos familiares. O acalento deve ser acompanhado pela lembrança do retorno do responsável no momento combinado, além de brincadeiras atrativas ou do uso dos objetos de apego, que poderão ter momentos específicos de uso determinados pelo professor após o período de adaptação.



## 5. Agora é com vocês!

Trabalhar com a oferta de Educação Infantil surpreende a cada dia e favorece sempre o planejar para o inusitado e inesperado, uma vez que nossos pequenos têm o potencial de nos arrebatam para um lugar nunca visto, para vivências e experiências que nos desafiam diariamente frente à potência e ao encanto da primeira infância.

Acreditamos que o conteúdo desse e-book irá trazer alguns esclarecimentos, orientações e pistas de como iniciar a jornada educativa na(s) unidade(s) Cria da sua cidade como um alicerce firme e bem respaldado legalmente. Como também, proporcionará reflexões e (re)significações à medida que as sugestões e provocações, aqui dialogadas, desafiarem vocês a colocar em prática os conceitos e propostas aqui sinalizadas.

Temos a certeza de que as semanas de adaptação e acolhimento que virão, a partir desse nosso diálogo, serão um celeiro de muitas boas práticas, pois vocês não são meros coadjuvantes, são protagonistas de ações e atividades com intencionalidade pedagógica que proporcionam aprendizagem e desenvolvimento infantil. Por isso, não esqueça de documentar as ações planejadas e efetivadas de forma a garantir que esse e-book seja apenas o início e continue sendo escrito agora com e por vocês. Então, podemos jogar essa bola para vocês? Entrou pela porta e saiu pela janela, quem quiser que registre e dê vida a essas ideias!

## Referências

ALAGOAS. Lei 7.967/2018 que institui o programa Criança Alagoana. Disponível em <https://www.cria.al.gov.br/o-programa/> Acesso em 25 janeiro 2023.

BRASIL. Lei Delegada no 48, de 30 de dezembro de 2023. Diário Oficial [do] Estado de Alagoas, Poder Executivo, Maceió, AL, 31 dez.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.

\_\_\_\_\_. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 02 fevereiro 2023.

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. Ministério da Educação: secretaria de Educação Básica. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pol\\_inf\\_eduinf.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pol_inf_eduinf.pdf) Acesso em: 03 fevereiro 2023.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) Acesso em 28 janeiro 2023.

\_\_\_\_\_. Lei 9131. Dispõe sobre alteração de dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9131.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9131.htm) Acesso em: 25 janeiro 2023

\_\_\_\_\_. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990a.

\_\_\_\_\_. Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil. Brasília: DF, 2008.

\_\_\_\_\_. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Ministério da Educação: Secretaria a Educação Básica. Brasília: DF, 2009.

Educação Infantil Documento Orientador. Organização da Ação Pedagógica. Rede Municipal de Ensino. Novo Hamburgo: RS, 2020.

FOCHI, Paulo Sérgio. A didática dos campos de experiências. Revista Pátio Educação Infantil nº 49. Outubro 2016.

\_\_\_\_\_. A documentação pedagógica como estratégia para a construção do

conhecimento praxiológico: o caso do Observatório da Cultura Infantil - OBECI. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: SP, 2019a.

SEMIS, Laís. 10 dúvidas sobre adaptação na Educação Infantil. Nova Escola, 2015. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/13/10-duvidas-adaptacao-infantil>. Acesso em: 09 fev 2023.

SOARES, Cristiane Martins. Plano de aula: Primeiro dia na escola: crianças e familiares. Nova Escola, 2019. Disponível em: <https://novaescola.org.br/planos-de-aula/educacao-infantil/preescola/primeiro-dia-na-escola-criancas-e-familiares/4218>. Acesso em: 09 fev 2023.

